



**Educação,
Formação &
Crioulidade**

6 e 7 de julho
em Cabo Verde

O PROGRAMA “AVALIA MARANHÃO” NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Dayse Marinho Martins

Doutoranda em Políticas Públicas UFMA (Brasil),
daysemarinho@yahoo.com.br

Introdução

- Formação em políticas públicas: discutir a prática de avaliação das políticas ; postura crítica;
- O século XX: ideário neoliberal, sob o princípio do Estado mínimo;
- A partir da década de 1990: governo brasileiro/ mecanismos de avaliação ;
- Artigo realiza ponderações acerca da prática de avaliação nas políticas educacionais brasileiras;
- Contextualizar o referido processo no âmbito do Estado do Maranhã;
- Programa Escola Digna: atual macropolítica da educação na rede estadual do Maranhão propalada pelo governador Flávio Dino.

AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

AValiação em Políticas Públicas

- Década de 1990: relevância na América Latina;
- Capitalismo neoliberal: reforma dos Estados Nacionais, modernização da gestão pública.
- Reporta ao julgamento do mérito de uma política, mediante a determinação de critérios. “Avaliar é julgar, atribuir valor” (NEMES, 2001, p. 09).
- Segundo Soto e Ecurra (2014, p. 121): avaliar é “[...] conhecer os efeitos de decisões e ações que se tomaram, revisando os processos que os geraram.”
- Avaliação de políticas públicas não somente como parâmetro de alinhamento de ações, mas atuação do Estado num sentido relacional, sem desconsiderar os aspectos do contexto histórico, político, econômico e social.
- Afonso (2009), caracteriza o Estado brasileiro atual como Avaliador: modelos de gestão privada, fundamentados na lógica do mercado.
- Ajustes enfocam os resultados em detrimento do processo, visando à diminuição das despesas públicas, utilizando mecanismos de controle e de responsabilização, tais como nas avaliações das políticas educacionais.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

AValiação de Políticas Educacionais NO BRASIL

- Enfoca a qualidade do ensino ofertado e os níveis de aprendizagem obtidos pelos alunos a partir das diretrizes curriculares estabelecidas.
- No Brasil, enfocam a implantação de exames nacionais dos níveis de ensino.
 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB;
 - Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
 - Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – ENADE;
 - Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – ENCEJA.
- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES
- Prova Brasil Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
- Ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira.
- Além disso, o Brasil participa de avaliações internacionais como o *Programme for International Student Assessment* – PISA desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (CASTRO, 2009).

AValiação de Políticas Educacionais NO BRASIL

- Ovando e Freitas (2011, p. 318): “a avaliação delineamento das políticas educacionais nacionais pelo sucesso escolar relacionado a alcance de bons resultados nos testes em larga escala”.
- Considera indicadores obtidos em avaliações externas: garantia de eficiência e eficácia nos resultados;
- Avaliação externa: realizada por pessoas que não integram o quadro escolar.
- Atuam as normas legais e um sistema de avaliação em larga escala, externo à unidade escolar.
- O respaldo de tais instrumentos é pautado em censos, índices, resultados de desempenho escolar e metas;
- Preciso atentar para a diversidade do contexto educacional brasileiro em oposição à homogeneização vinculada à busca do alcance de indicadores.
- Perceber as relações da avaliação da política educacional no Brasil com os aspectos políticos e sociais, a gestão do conhecimento, do currículo, o controle e regulação das ações e dos profissionais.

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NO MARANHÃO E O
PROGRAMA AVALIA MARANHÃO**

AValiação de Políticas Educacionais no Maranhão e o Programa Avalia Maranhão

- Paralelamente aos sistemas nacionais, Estados e municípios têm organizado sistemas locais e regionais de obtenção de indicadores acerca da oferta do serviço educacional.
- No Maranhão, destaca-se no âmbito do Programa Escola Digna, o Avalia Maranhão, realizado a partir de 2015 para avaliar alunos da rede estadual de ensino;
- Aplicação de testes de Língua Portuguesa e Matemática, com questões que avaliam capacidades de leitura e raciocínio lógico-matemático, balanceadas nos descritores da matriz de referência do SAEB.
- Os indicadores de proficiência dessa avaliação, agregados ao rendimento escolar e indicadores da gestão, devem gerar o Índice Estadual de Desenvolvimento Educacional - IEDE.
- A proposta ocorre por meio da aplicação de testes anuais por profissionais da Fundação Sousa Andrade – FSADU, em turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio;
- Também são aplicados questionários contextuais coletados de professores, gestores escolares e supervisores, com informações ligadas a aspectos pedagógicos, socioeconômicos, estruturais e organização da gestão escolar;

AValiação de Políticas Educacionais no Maranhão e o Programa Avalia Maranhão

- O exame é uma das propostas do Programa Escola Digna: macropolítica do Governo do Maranhão, desenvolvido por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, em regime de colaboração com os municípios.
- O programa, uma das plataformas do mandato do atual governador Flávio Dino;
- Suas ações enfocam aspectos da infraestrutura, visando substituir escolas improvisadas de taipa, palha, galpões ou outros estabelecimentos considerados inadequados, por estruturas de alvenaria além de acompanhar a gestão do ensino e melhorar os índices educacionais do Estado (MARANHÃO, 2015).
- Prevê ações de fortalecimento dos Indicadores Educacionais das escolas do Sistema Estadual e nas SEMEDs dos 30 municípios de menor IDH.
- Busca promover assessoria aos municípios na elaboração de suas sistemáticas de avaliação e apoio às escolas do sistema estadual no desenvolvimento da prática avaliativa.
- Prevê orientação para gestores para o acompanhamento e a melhoria dos indicadores, implantação do Índice Estadual de Educação – IEDE e oficinas de elaboração de itens alinhados à metodologia das avaliações em larga escala para contextualização na rede de ensino.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MARANHÃO E O PROGRAMA AVALIA MARANHÃO

- Conforme o documento, avaliar é “verificar em que medida o direito à aprendizagem está sendo garantido” (MARANHÃO, 2015, p. 04).
 - A proposta enfoca a prática de análise e investigação sobre dados para a tomada de decisões na política educacional em prol da aprendizagem.
 - O Programa prevê tomando como base os dados do censo, rendimento escolar e desempenho no Avalia Maranhão, a estruturação das escolas da rede estadual em categorias para direcionar as ações das políticas e programas destinados à rede de ensino.
 - Categoria A: Escolas com bom índice de Aprovação e controle dos índices de Reprovação e abandono.
 - Categoria B: Escolas com alto índice de Reprovação.
 - Categoria C: Escolas com alto índice de Abandono.
 - Categoria D: Escolas com altos índices de Reprovação e Abandono.
 - Categoria E: Escolas cujos índices de Reprovação e Abandono agregados são iguais ou superior 13%
- (MARANHÃO, 2015, p.17).

AValiação DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MARANHÃO E O PROGRAMA AVAlIA MARANHÃO

- Após a categorização das instituições da rede estadual pelo Avalia Maranhão, foi definida enquanto ação imediata em relação aos indicadores demonstrados, a emissão de cartas às escolas, por categoria, com as seguintes proposições:
- Categoria A: carta às escolas com reconhecimento às bem sucedidas e incentivo para que mantenham seus bons indicadores;
- Categorias B, C, D e E: carta às escolas com advertência às com baixos indicadores e guia de orientação por categoria;

(MARANHÃO, 2015, p.19).

- O programa define sua perspectiva de avaliação quanto às políticas educacionais da rede estadual nos seguintes termos:

“Uma verdadeira avaliação é aquela que é útil à tomada de decisões, viável e prática na sua condução, ética no respeito a pessoas, grupos, instituições e precisa, ou seja, tecnicamente correta no uso de instrumentos adequados”

(FIRME, 2013, p. 04).

- Afirma considerar os participantes da rede de ensino na avaliação da política educacional. As ações expressas pelo documento, contudo, demonstram a sobreposição da dimensão técnica.

AValiação de Políticas Educacionais no Maranhão e o Programa Avalia Maranhão

- No decorrer do século XX, apesar das reformas educacionais que ampliaram a oferta do ensino, os níveis de escolaridade do maranhense mostraram-se limitados (CABRAL, 1984).
- No IDEB 2013, notam-se indicadores educacionais abaixo das médias propostas pelo Governo Federal.
- O Maranhão não atingiu a meta proposta pelo (MEC). Em 2013 no Fundamental foi de 3,6 pontos, abaixo da meta de 3,9 esperada. No Ensino Médio, foi de 3,0 pontos. O desempenho das escolas públicas maranhenses caiu em 2013 em relação a 2011.
- Para além de um padrão de avaliação que considera apenas os indicadores sob o ponto de vista técnico numa relação causa e efeito, o Programa Escola Digna precisa redimensionar suas ações considerando a avaliação um processo político.
- No Maranhão, a formação intelectual se mostra diretamente vinculada às condições econômicas da população estando o ensino público que atende à grande maioria, aquém da educação ofertada no sistema privado. Assim, é importante atentar para a reflexão sobre a relação entre a oferta educacional, o ensino público e o contexto social.

(G1 MA, 05 set 2014).

Considerações Finais

- O sistema de avaliação de políticas educacionais no Brasil tem influenciado o direcionamento da oferta do ensino público na Educação Básica no sentido da preparação de alunos para a realização dos exames.
- Nesse cenário, a rede estadual do Maranhão reproduz a referida perspectiva ainda que se proponha através do Programa Escola Digna uma iniciativa de resgate da oferta educacional de qualidade à população.
- A categorização das escolas da rede estadual através do Avalia Maranhão demonstra uma sobreposição da questão técnica, restringindo as possibilidades de intervenção pela carência de um olhar político e crítico sobre o contexto da oferta do ensino.
- Para além do monitoramento do sistema, a avaliação no âmbito das políticas educacionais deve se pautar num sentido emancipatório estando comprometida com o que pretende transformar, a partir da revisão do real.

Considerações Finais

- Convém refletir no âmbito do programa Avalia MA que a função técnica pode subsidiar a correção de distorções na implementação da política educacional estadual, suscitando o redirecionamento das ações. Porém cabe fomentar uma maior participação da comunidade escolar nas políticas públicas.
- Além disso, a prática avaliativa do Programa deve se pautar na interrelação entre os eixos de sua proposta, não isolando a avaliação, vinculando os indicadores obtidos a uma análise que desvele determinações do contexto social e contradições presentes no conteúdo e no processo das políticas públicas.
- Desse modo, a técnica se vinculará a uma dimensão política considerando aspectos políticos, econômicos culturais e sociais que fazem parte do processo de constituição das políticas públicas educacionais do Maranhão.

Referências

- AFONSO, A.J. (2009) *Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- ALVES, Júlia Falivene (2013). *Avaliação educacional: da teoria à prática*. Rio de Janeiro: LTC.
- BONAMINO, A. et al (1999). Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisas*. n. 108. Nov.
- BRANDALISE, M.A.T (2010). *Auto avaliação das escolas: alinhavando sentidos, produzindo significados*. Ponta Grossa: Editora UEPG.
- BRASIL. (2013). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 38. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- CABRAL, MARIA DO SOCORRO COELHO (1984). *POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO*. SÃO LUÍS: SIOGE.
- CASTRO, M.H.G. (2009). Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/> . Acesso em: 21 jun 2016.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. (1993). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DINO, FLAVIO (2016). *ESCOLA DIGNA, A ESCOLA QUE SONHAMOS*. MARANHÃO DA GENTE. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.MARANHAODAGENTE.COM.BR/>. 09 FEV. ACESSO EM: 16 JUN 2016.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n.59, out.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; FLGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha (2007). *As políticas dos sistemas de avaliação da Educação Básica*. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro : FIOCRUZ.

Referências

- FIRME, Thereza Penna (2013). *Desafio da avaliação*. Futuro eventos. Disponível em: <http://www.futuroeventos.com.br>. 04 jul. Acesso em: 21 jun 2016.
- FREITAS, Dirce Nei T. de (2007). *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas – SP: Autores Associados.
- IDEB de escolas maranhenses (2014). *G1 MA. São Luis, 05 set*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/ideb-de-escolas-maranhenses.html>>. Acesso em 06 set. 2014.
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (2011). Tendências da avaliação no âmbito das políticas públicas: desafios e perspectivas. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: modelos, metodologias e experiências de avaliação*. Recife: Ed. da UFPE.
- NEMES, Maria Ines Baptistela (2001). *Avaliação em saúde: questões para os programas de DST/AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação de Brasileira Interdisciplinar de AIDS.
- OVANDO, N. G.; FREITAS, D. N. T. (2011). As iniciativas de avaliação nas redes escolares municipais. In: FREITAS, D. N. T.; REAL, G. C. M. (Org.). *Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais*. Dourados, MS: Ed. UFGD.
- PILETTI, Nelson (2010). *Educação Básica: da organização legal ao cotidiano escolar*. São Paulo: Ática.
- SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. (orgs.) (2006). *Políticas públicas*. V I. Brasília: ENAP.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (2013). *Pesquisa avaliativa: aspectos teórico- metodológicos*. 2. ed. São Paulo: Veras; São Luís: Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, 2013.
- SOTO, Silvia Fernández; ESCURRA, María (2014). Impactos em la Población Neficiaria de la AUH y em la Sociedad. In: SOTO, Silvia Fernández et al. *Caracterización y problematización de las dimensiones constitutivas de la AUH*. Buenos Ayres.
- SPOSATI, Aldaiza (2002). *Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio*. VII Congresso internacional del CLAD, Lisboa.
- WEISS, Carol (1998). *Evaluation*, 2. edition, Prentice-Hall, New Jersey.